



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Rádio 820

Fiscalização de emendas pelo Tribunal de Contas

Metrópoles

Justiça suspende contrato de OS com empresa por indício de ilegalidade

Jornal do Vale

Mesa de sessão solene é composta por representantes dos três Poderes

Casa de Leis inaugura o terceiro ano da 20ª Legislatura

Fiscalização de emendas pelo Tribunal de Contas

Bom dia roseval, bom dia bancário. é Valdir Rosa pena. Eu falo do centro. Eu queria saber do deputado Zé Neto O que ele acha da taxa da interferência do Flávio Dino em querer modificar essas emendas parlamentares. Se está correto ou se está errado, ou se ele tá errado ou seja, extrapola as suas funções. Um abraço. Eu não, eu não gravei o nome dele. Quem falou o nome dele? Andrezinho? Falou o nome dele, Andrezinho, nome de loja. Ele tem razão. A partir do momento que o deputado, que o deputado, que o parlamentar seja ele não assume aquela emenda, aquela verba é um sinal muito ruim. é porque essa verba ela poderá, porque essa verba era, poderá ser desviada. Eu vou dar aqui também um exemplo: aqui eu nunca enviei nem uma Emenda parlamentar, seja ela impositiva, seja ela de comissão, e também não mandei nem para uma organização, é ONGs, é a única emenda que dos Municípios do Estado de Goiás e também para o governo do estado de Goiás Eu prestigiei aqui uma entidade, precisei aqui uma entidade chamado Hospital Araújo Jorge. Isso eu já fazia muito tempo. Vou dar o exemplo: drives levou muito bem. Nós temos aí uma, nós temos aí uma verba de auxílio-moradia. O deputado estadual Tem, o deputado federal tem. Em Brasília você pode alugar um apartamento, você pode ir para o hotel, ou você pode ir para o hotel ou você tem uma residência oficial liberado para os deputados. Em Brasília eu moro no apartamento do Governo Federal, da câmara federal e em Goiás, como eu tinha e em Goiás, como eu tinha, roseval, a minha propriedade, a minha residência em Goiás, eu deixei de receber o dinheiro e mandava todo mês o dinheiro do auxílio moradia, dinheiro do auxílio moradia para o Hospital Araújo Jorge. E as minhas emendas não tem nenhuma para outro estado. Quando um parlamentar Manda uma emenda, Manda uma Emenda, uma verba para outro estado, é o sinal que ele quer fazer maracutaia, um sinal que tem corrupção. Então, todas as emendas que eu mando para o Estado de Goiás, eu mando, eu mando uma cópia para Polícia Federal, para o Tribunal de Contas, para o ministério público e para a câmara de vereadores. Então todas eu tenho mandado durante, eu tenho mandado durante 6 anos de mandato de quem tem que fazer a fiscalização. São esses órgãos e o Flávio Dino, em parte ele tem razão, mesmo, ele tem razão mesmo. Como você pode, Deputado de Goiás, mandar uma Emenda para Alagoas, para o Rio Grande do Norte? Você não tem eleitores, Você não tem o seu domicílio daquele, tem o seu domicílio daquele estado. Agora eu mandei também é uma Emenda durante o meu mandato e o João Campos deve ter mandado também o vice-prefeito e esse deputado para para o Hospital Sarah Kubitschek, que presta um grande serviço manualmente, anualmente. A bancada coloca dinheiro. Então apenas o hospital, Hospital Araújo, Jorge e o Sarah Kubitschek fica dentro de Goiás, né é o Distrito Federal, mas são terras que eram pertencentes ao nosso Estado de Goiás. Outras emendas, e acho que é preciso ter autorização muito dura. O caso que acontece em Goiânia, os Valmir, permita, Osvaldo, permita, pois peço licença a você, aos nossos vinhos, seus colegas aqui de bancários, para me aposentar em opções de ter que ir rapidão lá em Aparecida para o lado do prefeito Vilela, recebeu governador do exercício Vilela, recebeu o governador do exercício Daniel Vilela. Mas me permita, antes de sair, só colocar minha posição em relação ao que foi colocado pelo ouvinte. Não é? Eu acho que do ponto de vista conceitual está cheio de razão exigir transparência. Agora não entendo que cabe ao Supremo Tribunal Federal estabelecer regras. Quero ser regras para como é que a polícia deve entrar nas comunidades. Rio de Janeiro,

eu também concordo nesse aspecto. Aí que cabe ao executivo, essa, essa coisa, João Campos, então da próxima vez você não vem correndo se não tá volta, infelizmente a Ana volta aqui direito, é engraçado que o pessoal manda certas coisas para mim. Sim, mandou aqui um negócio é: é o Fernando, o grande, grande, grande participante desse programa, pessoa muito espanta esse programa, pessoa muito engraçada na área de estratégias de financeiras, E aí eles mandam para mim e fala assim: eu, eu sei que você não vai ter coragem de perguntar o doutor crédito, falar isso drible, Eu não acho, eu tenho medo dele, mas é assim mesmo, eu faço, eu faço tremendo, mas eu faço, mas do que eu quero estar aqui. Olha, eu qualquer pergunta, não tem aquele negócio. Eu tenho gente que existe aqui os vasos. Se perguntarem ficar bravo com ninguém fizesse qualquer Pergunta para ele, ele responde que quiser, se possível. Ele deu uma zuada consentimento de alguns brasileiros. Comemoraram a vitória do trump nos Estados Unidos. Eu só queria dizer que nós- eu em particular, Fernando de Aparecido de Goiânia- comemoramos, sim, comemoramos, Sim. Foi diferente que acontece no Brasil, na justiça e respeito à constituição. Lá não tem um ou dois juízes que são estrelas e mando nos outros pode.

Justiça suspende contrato de OS com empresa por indício de ilegalidade

A 4ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), determinou a suspensão do contrato da organização social (OS) que administra o Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (Hecad) com uma empresa selecionada para realização de cirurgias de fissuras labiopalatinas.

A Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir) foi contratada pela Secretaria de Saúde de Goiás, em 2023, para fazer a gestão do Hecad por mais quatro anos, pelo valor global de R\$ 615 milhões. A Agir conduziu, em outubro de 2024, o processo seletivo que declarou a empresa Shirley de Souza Correa Perillo Ltda vencedora para a realização do procedimento cirúrgico no Hecad, que foi suspenso pela 4ª Vara Cível na quinta-feira (13/2).

Na decisão liminar, expedida na quinta-feira, o juiz apontou "indícios da suposta ilegalidade no processo de chamamento" que teve a Shirley como vencedora. A suspensão foi determinada em um processo de autoria de outra empresa, segundo a qual o contrato foi assinado no mesmo dia da publicação do resultado e antes do prazo para análise de recurso, configurando suposta "simulação" do procedimento.

"Ademais, considerando que o perigo da demora poderá acarretar danos à sociedade e lesão ao erário, além de ser medida completamente reversível, e havendo pelos fundamentos mencionados a possibilidade de alteração no resultado da licitação e correspondente contratação, ante a entendo por bem acolher os embargos de declaração e atribuir efeitos infringentes para modificar a decisão de evento nº 10, e assim determinar a suspensão do contrato firmado entre a requerida e a empresa Shirley de Souza Correa Perillo Ltda", escreveu o juiz Pedro Ricardo Morello Brendolan na decisão.

O contrato para prestação de serviços médicos especializados em cirurgia plástica de fissuras labiopalatinas foi assinado no dia 1º de outubro, mas o prazo para apresentação do recurso era até 3 de outubro. "A assinatura do contrato de forma antecipada fere os princípios constitucionais da isonomia, da publicidade, da legalidade e da moralidade administrativa", alegou a advogada Annelise Correia Fortunato, que representa a empresa autora do processo, a R&E Cirurgia Plástica e Estética.

O juiz da 4ª Vara Cível determinou a intimação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para tomar conhecimento do processo. O Ministério Público de Goiás (MPGO) também investiga o caso por meio de uma notícia de fato.

O que dizem as partes

Em nota, a Agir disse que o processo de credenciamento para a prestação de serviços médicos especializados em Cirurgia Plástica - Fissuras Labiopalatinas foi conduzido "de acordo com as diretrizes do Regulamento de Compras da unidade, garantindo total transparência e legalidade". A organização social afirmou que ainda não foi notificada da suspensão contratual. Leia a nota na íntegra abaixo:

"O Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (Hecad) esclarece que o processo de credenciamento para a prestação de serviços médicos especializados em Cirurgia Plástica - Fissuras Labiopalatinas foi conduzido, pela Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir), de acordo com as diretrizes do Regulamento de Compras da unidade, garantindo total transparência e legalidade.

A Carta Cotação nº 20240010.01554 foi publicada entre os dias 29/08/2024 e 12/09/2024, recebendo manifestação de interesse de apenas três empresas. Após a análise da documentação, a classificação final seguiu os critérios objetivos estabelecidos no edital, respeitando a ordem cronológica de apresentação da documentação completa. O resultado foi devidamente publicado, e o contrato foi formalizado com a primeira colocada, Shirley de Souza Correa Perillo Ltda, no dia 01/10/2024.

O recurso apresentado pela empresa R&E Cirurgia Plástica e Estética, terceira colocada no certame, foi analisado e indeferido por não apresentar fundamentos legais que justificassem a alteração da classificação. Até o momento, não fomos notificados sobre qualquer suspensão contratual e, em consulta ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), não identificamos a existência de decisão judicial determinando a interrupção do contrato.

Atualmente, o serviço de Cirurgia Plástica no CERFIS (Centro de Reabilitação de Fissuras Labiopalatinas) do Hecad segue funcionando normalmente, sem qualquer interrupção. A unidade realiza, em média, 138 consultas mensais, sendo 56 destinadas a vagas externas. No momento, não há fila de espera no Complexo Regulador Estadual (CRE) para acesso inicial ao serviço, pois nossa oferta supera a demanda existente.

Uma vez que o paciente inicia o tratamento e está apto para a cirurgia, o tempo de espera para o procedimento é de, no máximo, dois meses. Com a realização de cerca de 20 cirurgias por mês, garantimos um atendimento contínuo e eficaz, assegurando que os pacientes recebam o tratamento dentro do prazo necessário.

É fundamental ressaltar que o atendimento a pacientes com fissuras labiopalatinas exige profissionais altamente especializados, o que torna desafiador encontrar médicos e demais especialistas capacitados para essa área. Por essa razão, a formalização do contrato foi conduzida de maneira célere, assegurando a continuidade do atendimento sem prejuízos aos nossos pacientes.

Reafirmamos nosso compromisso com a transparência, a legalidade e a excelência na assistência, garantindo um atendimento de qualidade para todas as crianças e adolescentes que necessitam dos nossos serviços."

A Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO) declarou que as Organizações Sociais de Saúde (OSs) que atuam nas unidades "possuem autonomia para firmar contratos para prestação de serviços por terceiros e fornecedores, uma vez que as OSs são pessoas jurídicas do direito privado, que na relação de contratualização recebem recursos para o custeio integral de suas atividades e manutenção".

"Conforme orientação da Procuradoria Geral do Estado, não é dado à administração pública estadual, via de regra,

interferir nos ajustes firmados entre seus contratados/parceiros privados e os respectivos fornecedores, que entre si travaram negócio jurídico eminentemente privado de natureza comercial e no qual o Poder Público não figurou como parte ou interveniente, ainda que seu objeto esteja de alguma forma relacionado ao contrato administrativo", afirmou a SES-GO.

Mesa de sessão solene é composta por representantes dos três Poderes

Neste momento, é realizada a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura do Parlamento goiano. A solenidade, no Plenário Iris Rezende, marca o início dos trabalhos legislativos de 2025. A mesa da cerimônia é composta, além do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Bruno Peixoto (UB), por autoridades representando os Poderes: o primeiro vice-presidente da Alego, Issy Quinan (MDB); o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Leandro Crispim; e governador em exercício do Estado, Daniel Vilela.

Também fazem parte da mesa diretiva, o deputado federal Zacharias Calil (UB); o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Goiás, Marcus da Costa Ferreira; o defensor público do Estado de Goiás, Tiago Gregório Fernandes; a vice-prefeita de Goiânia, Coronel Cláudia (Avante); o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conselheiro Sebastião Tejota. E ainda, o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Joaquim Alves de Castro; o secretário de estado de Relações Institucionais, Armando Vergílio; e o subprocurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Marcelo André de Azevedo.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

O post Mesa de sessão solene é composta por representantes dos três Poderes apareceu primeiro em JORNAL DO VALE.

Casa de Leis inaugura o terceiro ano da 20ª Legislatura

O Parlamento goiano deu início, nesta segunda-feira, 17, à 3ª Sessão Legislativa Ordinária da sua 20ª Legislatura. A instalação ocorreu em solenidade conduzida pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Bruno Peixoto (UB). Diferente das demais sessões ordinárias, esse encontro segue um protocolo específico, com mensagem da Governadoria e discurso de deputados e autoridades.

A sessão solene marcou não apenas o início de um novo período legislativo, mas também reforçou o compromisso do Governo Estadual com o avanço de Goiás, evidenciando os resultados alcançados e os desafios futuros.

A mesa diretiva foi composta por, além do chefe do Legislativo, autoridades representando os Poderes: o primeiro vice-presidente da Alego, Issy Quinan; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Leandro Crispim; e governador em exercício do Estado, Daniel Vilela.

Também fizeram parte da mesa da cerimônia, o deputado federal Zacharias Calil (UB); o corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Goiás, Marcus da Costa Ferreira; o defensor público do Estado de Goiás, Tiago Gregório Fernandes; a vice-prefeita de Goiânia, Coronel Cláudia (Avante); o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conselheiro Sebastião Tejota. E ainda, o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Joaquim Alves de Castro; o secretário de Estado de Relações Institucionais, Armando Vergílio; e o subprocurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Marcelo André de Azevedo.

Ao início da sessão, uma comissão composta Lineu Olimpio (MDB), Lucas Calil (MDB) e Veter Martins (UB) acompanhou o governador em exercício, Daniel Vilela (MDB), até a mesa diretiva. Enquanto isso, Issy Quinan (MDB) e Talles Barreto (UB) conduziram ao assento o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Leandro Crispim.

Presidente do Parlamento goiano, Bruno Peixoto subiu à tribuna para renovar seu compromisso de responsabilidade com a população. O deputado iniciou seu discurso com a entrega à Mesa Diretora do projeto de lei que trata da data base dos servidores do Poder Legislativo.

Peixoto declarou que o objetivo para este biênio é seguir com os trabalhos em curso e ir além. Entre as conquistas dos primeiros dois anos da atual Legislatura, relembrou a alta produtividade legislativa, a economia de R\$ 400 milhões com corte de gastos e a conquista do Selo Diamante em transparência.

Ainda em tempo, o presidente comentou sobre o número de servidores do Parlamento Goiano e defendeu que o quantitativo representa um investimento nos serviços prestados à população. Ele citou a transmissão do campeonato

goiano de futebol, o aplicativo Deputados Aqui, a Ouvidoria dos Idosos, a Procuradoria da Mulher e a Diretoria de Cultura como diferenciais da Assembleia Legislativa goiana.

"Nossos deputados e deputadas trabalham diariamente para ajudar o Estado a ser o número um em qualidade de vida para a população e ampliaremos ainda mais essas conquistas. Agradeço o carinho de cada um e juntos vamos continuar cuidando da nossa população", encerrou.

Mensagem governamental

O vice-governador Daniel Vilela assumiu a responsabilidade de transmitir a mensagem governamental devido à viagem do governador Ronaldo Caiado (UB) à Índia. Último a se pronunciar na solenidade, Vilela enfatizou o papel do Legislativo para que Goiás esteja vivendo "um dos seus melhores momentos".

"O Governo, o mais bem avaliado do Brasil, não teria conseguido chegar onde chegou sem o apoio responsável das senhoras e senhores deputados e deputadas. E quem colhe os benefícios desse trabalho conjunto são os mais de 7 milhões de goianos", declarou. O governador em exercício abordou avanços na educação, políticas sociais, saúde e segurança. Além disso, aproveitou para apresentar o Plano de Metas para 2025, que será avaliado na Alego.

"Ninguém governa sozinho, e é justamente isso que está escrito na nossa Constituição. Os Poderes são autônomos, mas a harmonia entre eles é um pilar fundamental do nosso Estado Democrático de Direito. Imbuídos dos mais altos propósitos, vamos continuar fazendo de Goiás o Estado número um do Brasil. Podem ter certeza de que deixaremos um grande legado para as futuras gerações", afirmou Daniel Vilela.

Mais discursos

O deputado Issy Quinan foi o escolhido para representar a bancada governista na tribuna. Em seu discurso, o primeiro do dia, ressaltou a relação direta entre as conquistas alcançadas por Goiás nos últimos anos e a atuação da Alego. "Neste Parlamento, apesar das diferenças partidárias e ideológicas, temos caminhado no mesmo sentido, que é o de contribuir para a melhoria de vida das pessoas que moram no nosso Estado", disse.

Quinan aproveitou para elogiar a gestão de Ronaldo Caiado (UB) e Daniel Vilela. O deputado destacou realizações como o primeiro lugar de Goiás referente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a criação de programas sociais a exemplo do Goiás por Elas, Dignidade, Família Acolhedora Goiana. O emedebista encerrou sua fala com o argumento de que o Estado está "na direção certa". Assim, concluiu, "continuaremos para que Goiás siga na rota do progresso, do desenvolvimento e das conquistas inumeráveis".

Logo em seguida, ao discursar em nome do Poder Judiciário goiano, o desembargador e presidente do TJGO, Leandro Crispim, celebrou a parceria entre os Poderes na promoção do bem comum. Além disso, evidenciou avanços institucionais que reforçam a harmonia e governança responsável. "A independência de cada Poder não exclui o diálogo, pelo contrário: exige uma cooperação respeitosa", explicou.

Nesse sentido, completou Crispim, "o Estado se fortalece quando as instituições atuam com equilíbrio, respeitam suas funções e compreendem que a governabilidade exige convergência de esforços e respeito ao interesse público".

Deliberações

Após todos os pronunciamentos, o presidente Bruno Peixoto encerrou a solenidade e convocou uma sessão extraordinária para após intervalo de dez minutos. No momento oportuno, quatro deputados se manifestaram para apresentar projetos de lei e requerimentos. O encontro foi convocado especialmente para a apresentação, por Coronel Adailton (Solidariedade), da medida da Mesa Diretora que concede o repasse referenda à data-base dos servidores ativos e inativos da Alego. No exercício da presidência, Issy Quinan encerrou a plenária logo em seguida, para a realização reuniões das comissões Mista e de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

O post Casa de Leis inaugura o terceiro ano da 20ª Legislatura apareceu primeiro em JORNAL DO VALE.